

CONCURSO PÚBLICO
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO
PARÁ
EDITAL Nº 01/2025, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025

CADERNO DE PROVA – TARDE
TIPO 1

ANALISTA DE LICITAÇÃO - BELÉM/PA

LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES:

1. Este caderno de prova contém **50 (Cinquenta) questões** de múltipla escolha, de **1 a 50** e distribuídas da seguinte forma:
 - 1 a 5 - Língua Portuguesa
 - 6 a 10 - Raciocínio Lógico e Matemático
 - 11 a 15 - Legislação Aplicada ao CRM-PA
 - 16 a 20 - Noções de Administração Pública
 - 21 a 50 - Conhecimentos Específicos
2. Confira se a quantidade e a ordem das questões deste caderno de prova estão de acordo com as instruções anteriores. Caso o caderno esteja incompleto, tenha defeito ou apresente qualquer divergência, comunique imediatamente ao fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis.
3. Para cada uma das questões de múltipla escolha, são apresentadas **4 (quatro)** alternativas de resposta. Apenas **1 (uma)** resposta responde corretamente à questão.
4. O tempo disponível para esta prova é de **5 (cinco) horas**.
5. Reserve tempo suficiente para o preenchimento da folha de respostas (prova objetiva).
6. Os rascunhos e as marcações assinaladas neste caderno **não** serão considerados para avaliação.
7. O candidato somente poderá se retirar do local da aplicação das provas após **1 (uma) hora** de seu início, mas somente poderá levar consigo o caderno de questões no decurso dos últimos **30 (trinta)** minutos anteriores ao horário determinado para o encerramento da prova.
8. Não será permitida a anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio.
9. Quando terminar, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas.
10. Boa prova!

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 5.

O fenômeno que explica por que iguanas estão despencando de árvores com onda de frio na Flórida

A Flórida tem enfrentado, nos últimos dias, uma onda de frio incomum para seus padrões climáticos. O estado norte-americano, conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas, registrou no último fim de semana marcas térmicas que não eram observadas havia mais de uma década.

Nas cidades de Miami e Fort Lauderdale, principais centros urbanos do sul da Flórida, os termômetros chegaram a indicar mínimas próximas de zero grau centígrado, os níveis mais baixos desde 2010. Entre os animais mais afetados por esse fenômeno estão as iguanas.

As baixas temperaturas provocam nesses répteis uma condição de imobilidade, semelhante a um estado catatônico ou de paralisia temporária. Quando dormem nas árvores, as iguanas perdem a firmeza do corpo e caem no chão. Apesar da aparência inerte, elas permanecem vivas.

Outros répteis, como tartarugas marinhas e cobras, também sofrem episódios de hipotermia durante períodos de frio intenso. No caso específico das iguanas, a Comissão de Conservação de Peixes e Vida Selvagem da Flórida emitiu alertas sobre o risco de quedas desses animais das árvores em razão das temperaturas extremas registradas recentemente.

Diante da situação, uma ordem executiva excepcional passou a permitir que cidadãos que presenciarem a queda de iguanas em suas propriedades possam removê-las e encaminhá-las às autoridades competentes. A comissão reforça que a iguana-verde é considerada uma espécie invasora, cuja presença causa impactos negativos aos ecossistemas locais.

As autoridades também reiteraram advertências já feitas em anos anteriores sobre os riscos de levar esses animais para dentro de casas ou veículos na tentativa de aquecê-los. Segundo a comissão, iguanas-verdes selvagens podem se recuperar rapidamente do estado de paralisia causado pelo frio e se tornar agressivas, utilizando caudas, dentes e garras afiadas como defesa.

A maioria das iguanas presentes no sul da Flórida tem origem em regiões mais quentes da América Central e do Sul, onde não há exposição a temperaturas tão baixas. Por serem animais de sangue frio, elas dependem do calor externo para regular a temperatura corporal.

Quando os termômetros caem abaixo de dez graus centígrados, algumas iguanas entram em um estado semelhante à hibernação, tornando-se letárgicas. Para sobreviver, reduzem ao mínimo seus processos corporais, como o fluxo sanguíneo e a frequência

cardíaca, e chegam a mudar de coloração, passando do verde vivo para tons acinzentados. Com a elevação das temperaturas, porém, retomam gradualmente suas funções e aparência normais.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3vegx15e76o>. adaptado.

Questão 01

O texto apresenta os efeitos de uma onda de frio incomum na Flórida e descreve, de forma articulada, as consequências fisiológicas para as iguanas e as medidas adotadas pelas autoridades.

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) O texto associa a ocorrência das quedas ao fato de as iguanas serem uma espécie invasora, cuja adaptação limitada ao ambiente local potencializa os efeitos do frio extremo.
- (B) A queda das iguanas está relacionada à perda temporária de firmeza corporal causada pelo frio intenso, sem caracterizar dano permanente.
- (C) A menção à origem das iguanas em regiões mais quentes tem a função de justificar por que elas não enfrentam, em seu habitat original, temperaturas capazes de provocar estados de letargia.
- (D) As advertências das autoridades indicam que o principal problema decorrente da onda de frio é o risco de acidentes causados pelas quedas das iguanas, e não a condição biológica desses répteis.

Questão 02

Com a elevação das temperaturas, porém, retomam gradualmente suas funções e aparência normais.

Quanto à concordância nominal, é CORRETO afirmar que, nessa frase:

- (A) O adjetivo "normais" concorda no plural por incidir semanticamente sobre os dois núcleos coordenados, "funções" e "aparência".
- (B) A concordância no plural resulta do fato de "aparência" exercer função de aposto explicativo em relação a "funções".
- (C) O emprego do plural decorre de concordância atrativa com o substantivo "funções", por ser o núcleo mais próximo do adjetivo.
- (D) A forma plural do adjetivo indica concordância exclusiva com o primeiro substantivo da coordenação, independentemente do sentido global da expressão.

Questão 03

Diante da situação, uma ordem executiva excepcional passou a permitir que cidadãos que "presenciarem" a queda de iguanas em suas propriedades.

O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no:

- (A) Futuro do subjuntivo.
- (B) Futuro do presente do indicativo.
- (C) Pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (D) Presente do subjuntivo.

Questão 04

O estado norte-americano, conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas, registrou no último fim de semana marcas térmicas que não eram observadas havia mais de uma década.

Sintaticamente, é correto afirmar que, nesse período:

- (A) Há uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de particípio e uma oração subordinada adjetiva restritiva desenvolvida.
- (B) O segmento "conhecido como Estado do Sol e tradicionalmente associado a altas temperaturas" constitui oração subordinada adjetiva reduzida com valor restritivo.
- (C) O período apresenta duas orações subordinadas adjetivas explicativas desenvolvidas, ambas dependentes do mesmo termo antecedente.
- (D) O período é simples, uma vez que as formas verbais presentes não estabelecem relação de subordinação sintática.

Questão 05

Outros répteis, como tartarugas marinhas e cobras, também sofrem episódios de "hipotermia" durante períodos de frio intenso.

Quanto à formação da palavra destacada, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de palavra formada por composição por justaposição, reunindo dois radicais autônomos sem alteração fonética.
- (B) Trata-se de palavra formada por derivação sufixal, a partir do adjetivo "térmico", com acréscimo do sufixo "-ia".
- (C) Trata-se de palavra formada por derivação parassintética, com acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo à base verbal.
- (D) Trata-se de palavra formada por derivação prefixal, com prefixo "hipo-" e base nominal "termia".

Básico - Raciocínio Lógico e Matemático

Questão 06

Considere as hipóteses:

- I. Se o relatório é aprovado, então o projeto é executado.
- II. O projeto não foi executado.
- III. Se o projeto é executado, então os recursos foram liberados.
- IV. Os recursos foram liberados.

Assinale a conclusão que decorre necessariamente.

- (A) O relatório foi aprovado.
- (B) O relatório não foi aprovado.
- (C) Os recursos não foram liberados.
- (D) O projeto foi executado.

Questão 07

Em um balanço financeiro simplificado, uma instituição registra entradas de $\frac{3}{4}$ de milhão e saídas equivalentes a 0,35 milhão, além de uma despesa adicional de $\frac{1}{5}$ de milhão. Qual é o saldo final, em milhões, após todas as operações?

- (A) O saldo final é de 0,25 milhão.
- (B) O saldo final é de 0,3 milhão.
- (C) O saldo final é de 0,15 milhão.
- (D) O saldo final é de 0,2 milhão.

Questão 08

Em uma competição de ciclismo, cinco atletas — Larissa, Mateus, Natália, Paulo e Renato — cruzaram a linha de chegada em momentos distintos. Sabe-se que Larissa terminou a prova depois de Natália, Mateus concluiu antes de Paulo e Renato finalizou após Larissa. Considerando apenas essas informações, assinale a alternativa que apresenta uma relação de ordem que necessariamente ocorre em qualquer classificação possível.

- (A) Renato terminou antes de Natália e depois de Mateus.
- (B) Mateus terminou depois de Paulo e depois de Renato.
- (C) Larissa terminou antes de Mateus e antes de Paulo.
- (D) Natália terminou antes de Larissa e antes de Renato.

Questão 09

Um relatório apresenta quatro afirmações sobre reajustes financeiros aplicados a um valor inicial de R\$ 2.000. Analise as assertivas e classifique como verdadeira (V) ou falsa (F).

- Um aumento de 10% eleva o valor para R\$ 2.200.
- Uma redução de 10% após o aumento retorna o valor a R\$ 2.000.
- Dois aumentos sucessivos de 10% resultam em R\$ 2.420.
- Um aumento de 20% equivale exatamente a dois aumentos de 10%.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 10

Uma equipe técnica executa 12 relatórios em 8 dias, trabalhando 5 horas por dia. Mantendo o mesmo rendimento, quantos dias serão necessários para produzir 18 relatórios com 6 horas diárias de trabalho?

- (A) 8 dias.
- (B) 9 dias.
- (C) 10 dias.
- (D) 12 dias.

Básico - Legislação Aplicada ao CRM-PA

Questão 11

A inscrição nos Conselhos de Medicina é o ato formal que habilita o profissional ao exercício da medicina em determinada jurisdição, sujeitando-o às normas regulamentares. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

O médico que exerça a medicina em caráter temporário em jurisdição de outro Conselho Regional de Medicina por prazo superior a noventa dias deve providenciar sua inscrição secundária.

A inscrição do médico estrangeiro nos Conselhos Regionais de Medicina exige a apresentação de prova de revalidação do diploma em instituição pública, conforme a legislação vigente de educação.

O cancelamento da inscrição profissional ocorre mediante pedido do interessado ou por decisão judicial, mas não pode ser efetivado se houver processo ético-profissional em trâmite.

O Conselho Federal de Medicina funciona como tribunal superior de ética e possui a atribuição de organizar o cadastro nacional de médicos para fins de fiscalização sistêmica.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, V, F.

Questão 12

A estrutura federativa dos Conselhos de Medicina estabelece uma hierarquia administrativa e disciplinar específica, na qual os Conselhos Regionais de Medicina atuam como instâncias de fiscalização direta. De acordo com a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, modificada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, no que tange às competências para a imposição de penalidades e a arrecadação de receitas, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe aos Conselhos Regionais de Medicina a aplicação de penas disciplinares aos seus membros, bem como a fixação e cobrança das contribuições anuais, multas e taxas incidentes sobre o exercício profissional de pessoas físicas e jurídicas.
- (B) A fixação dos valores das anuidades e taxas devidas aos Conselhos de Medicina é de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo os Conselhos Regionais de Medicina meros agentes arrecadadores sem autonomia administrativa.
- (C) O Conselho Federal de Medicina detém a competência para arrecadar diretamente as anuidades dos médicos de todo o país, redistribuindo os valores aos Conselhos Regionais de Medicina conforme critérios de produtividade institucional.
- (D) As multas aplicadas por infrações éticas devem ser recolhidas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, sendo vedada a utilização desses recursos para a manutenção da fiscalização exercida pelos Conselhos Regionais de Medicina.

Questão 13

O Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, estabelece os limites éticos para a atuação profissional em diversos cenários. Considerando as normas sobre responsabilidade profissional e a relação com terceiros, analise as afirmativas a seguir.

I.É vedado ao médico afastar-se de suas atividades profissionais, mesmo temporariamente, sem deixar outro médico encarregado do atendimento de seus pacientes em estado grave.

II.O médico é responsável por qualquer erro cometido em virtude de sua prescrição quando esta for executada por terceiros, independentemente de falhas técnicas na execução do procedimento.

III.Na publicidade médica, o profissional deve indicar obrigatoriamente o seu nome, o número de inscrição no Conselho Regional de Medicina e o número do Registro de Qualificação de Especialista.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 14

O Processo Ético-Profissional nos Conselhos de Medicina obedece a um rito específico que garante o contraditório e a ampla defesa. Nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.306, de 17 de março de 2022, em relação à fase de instrução e ao julgamento de infrações, assinale a alternativa correta.

- (A) As penas de suspensão do exercício profissional por até trinta dias e a cassação do exercício profissional exigem quórum de maioria simples para aprovação no Plenário do Conselho Regional de Medicina.
- (B) O médico denunciado deve ser notificado para apresentar defesa prévia no prazo de trinta dias, sendo vedada a prorrogação deste prazo mesmo em situações de força maior documental.
- (C) A sindicância, como fase preliminar, tem caráter punitivo imediato caso as evidências iniciais apontem para a prática de negligência, imprudência ou imperícia médica.
- (D) A interdição cautelar do exercício profissional pode ser decretada pelo Conselho Regional de Medicina quando houver prova inequívoca de procedimento que coloque em risco a saúde da população.

Questão 15

A atuação dos Conselhos Regionais de Medicina exige a observância de legislações que disciplinam tanto o ato profissional quanto o tratamento de dados pessoais. Acerca das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e da Lei do Ato Médico, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O tratamento de dados pessoais sensíveis, como o histórico de saúde do paciente, é permitido sem consentimento quando necessário para a proteção da vida ou da incolumidade física.

(__) A Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, estabelece que a coordenação e supervisão de serviços de auditoria médica são atividades privativas do profissional médico habilitado.

(__) Os Conselhos Regionais de Medicina são dispensados da indicação de um encarregado pelo tratamento de dados pessoais em razão de sua natureza de autarquia de regime especial.

(__) A Lei de Acesso à Informação garante a transparência de todos os dados contidos nos prontuários médicos sob guarda dos Conselhos, independentemente da autorização do paciente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, V, F.
- (D) F, V, V, F.

Básico - Noções de Administração Pública

Questão 16

No exercício de função pública temporária, um agente foi designado para atuar em atividade específica da Administração, sem vínculo efetivo ou emprego público permanente. Durante o desempenho da função, praticou ato incompatível com os deveres éticos inerentes ao serviço público, mesmo sem ocupação de cargo ou emprego formal. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA quanto ao enquadramento jurídico do agente.

- (A) O agente não responde administrativamente por não ocupar cargo público efetivo.
- (B) A responsabilidade do agente limita-se à esfera civil, excluindo a administrativa.
- (C) A ética profissional aplica-se apenas a servidores ocupantes de cargos permanentes.
- (D) O agente está sujeito aos deveres éticos e à responsabilização administrativa.

Questão 17

Em um órgão da Administração Direta federal, o chefe do órgão determinou a remoção de determinado servidor efetivo para outro setor estratégico, justificando informalmente a decisão como necessária ao interesse institucional. O ato foi praticado sem instauração de processo administrativo prévio e sem qualquer motivação formal registrada, em afronta aos deveres de transparência e probidade administrativa, apesar de não haver urgência operacional comprovada nem situação excepcional que justificasse a dispensa de fundamentação.

O servidor questiona a legalidade do ato, alegando afronta direta aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Diante desse contexto, assinale a alternativa CORRETA quanto ao princípio violado de forma precisa.

- (A) Eficiência administrativa, em razão da possível inadequação funcional do servidor removido.
- (B) Legalidade administrativa, pois a remoção exige autorização legislativa específica.
- (C) Impessoalidade administrativa, por inexistir benefício coletivo na decisão adotada.
- (D) Moralidade administrativa, pela ausência de motivação explícita do ato administrativo.

Questão 18

Durante auditoria interna, constatou-se que determinado ato administrativo foi praticado por autoridade competente e com finalidade pública legítima, porém apresentava vício sanável relacionado à forma exigida pela norma. Antes de qualquer impugnação judicial, a própria Administração decidiu corrigir o defeito, preservando os efeitos produzidos. À luz do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA quanto à providência adotada.

- (A) Trata-se de anulação obrigatória, em razão da nulidade absoluta do ato.
- (B) Trata-se de convalidação de ato administrativo com vício sanável.
- (C) Configura revogação administrativa por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) Representa invalidação judicial necessária, ainda que o vício seja formal.

Questão 19

No processo de modernização administrativa, determinado ente federativo optou por transferir a execução de um serviço público típico para uma entidade criada por lei específica, dotada de personalidade jurídica própria e patrimônio próprio, permanecendo sob controle estatal. A medida foi adotada para conferir maior especialização técnica e autonomia gerencial, sem afastar a titularidade do serviço. Considerando esse cenário, assinale a alternativa CORRETA quanto à técnica administrativa empregada.

- (A) Descentralização administrativa, com criação de entidade da Administração Indireta.
- (B) Terceirização administrativa, com transferência integral da titularidade do serviço.
- (C) Desconcentração administrativa, mediante delegação funcional sem personalidade jurídica.
- (D) Centralização administrativa, com redistribuição interna de competências estatais.

Questão 20

Ao analisar um ato administrativo que concedeu autorização para funcionamento de determinada atividade econômica, verificou-se que todos os requisitos legais objetivos estavam presentes, mas a autoridade optou por indeferir o pedido com base em critérios de conveniência administrativa devidamente fundamentados. O interessado recorreu ao Poder Judiciário buscando a revisão do conteúdo decisório do ato. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA sobre o controle judicial aplicável.

- (A) O Judiciário pode controlar apenas a legalidade, não alcançando o mérito administrativo.
- (B) O controle judicial é vedado, pois atos discricionários são insuscetíveis de revisão.
- (C) O Judiciário pode substituir a decisão administrativa quando discordar da conveniência adotada.
- (D) O Judiciário pode anular o ato sempre que houver decisão administrativa desfavorável ao particular.

Conhecimentos específicos

Questão 21

A estruturação procedimental da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visa conferir maior celeridade e eficiência ao ciclo de contratações. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A fase preparatória é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual (PCA), abrangendo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

(__) A fase de apresentação de propostas ocorre como regra geral após a conclusão da etapa de habilitação, visando garantir que apenas empresas qualificadas participem da disputa de preços.

(__) A fase de julgamento consiste na análise das propostas em conformidade com os critérios editalícios, devendo o agente público desclassificar ofertas com preços considerados manifestamente inexequíveis.

(__) A fase recursal no processo licitatório é caracterizada por ser única e deve ser exercida após a declaração do vencedor, englobando atos de julgamento e habilitação de forma conjunta.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, F, V, V.
- (C) V, F, F, F.
- (D) F, V, V, F.

Questão 22

O Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui procedimento auxiliar que visa a formação de registros para futuras contratações. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O Sistema de Registro de Preços pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, desde que haja padronização e demanda frequente.

(__) A ata de registro de preços possui validade máxima de um ano, admitindo-se a prorrogação por igual período mediante justificativa fundamentada da autoridade.

(__) O licitante signatário da ata de registro de preços fica obrigado a atender aos pedidos de fornecimento da Administração, sob pena de sofrer sanções administrativas previstas.

(__) A utilização da ata de registro de preços por órgãos não participantes, conhecidos como "caronas", é terminantemente vedada pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, V, V.

Questão 23

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro visa preservar a viabilidade da execução contratual diante de oscilações de custos. Analise as afirmativas a seguir:

I. O reajuste de preços é a atualização do valor do contrato em decorrência da variação inflacionária, baseada em índices de preços definidos no instrumento convocatório.

II. A repactuação é aplicada a serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, visando adequar o contrato às variações dos custos trabalhistas da categoria.

III. A revisão contratual para manutenção do equilíbrio exige a ocorrência de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis que onerem excessivamente a execução.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 24

A seleção da proposta mais vantajosa deve pautar-se pelos critérios de julgamento definidos no instrumento convocatório. No que concerne aos parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) O critério de maior desconto deve ser aplicado em leilões de bens imóveis, sendo calculado sobre o valor da avaliação mínima fixada previamente em laudo técnico da Administração.
- (B) O critério de melhor técnica deve ser adotado prioritariamente para a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de escritório, visando garantir a qualidade superior dos insumos básicos.
- (C) O critério de menor preço dispensa a conferência de especificações técnicas contidas no edital, devendo a Administração Pública aceitar o produto que apresentar o valor financeiro mais baixo.
- (D) O critério de maior retorno econômico é utilizado em contratos de eficiência, em que a remuneração do contratado é vinculada a um percentual da economia gerada para o órgão.

Questão 25

Os contratos administrativos devem conter cláusulas que regulem de forma clara as obrigações e direitos das partes pactuantes. No que concerne à formalização e às cláusulas obrigatórias na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A cláusula que define os preços e as condições de pagamento, bem como os critérios e a periodicidade do reajuste, é considerada obrigatória em todo instrumento contratual administrativo.
- (B) O prazo de duração do contrato deve ser estabelecido por tempo indeterminado, visando garantir a perenidade da prestação do serviço e economia na realização de novos certames de compra.
- (C) O contrato administrativo deve ser formalizado por meio de escritura pública lavrada em cartório, sendo proibido o uso de termos simplificados para a aquisição de bens ou materiais.
- (D) A indicação dos recursos orçamentários que custearão a despesa constitui elemento facultativo no instrumento contratual, podendo ser suprida por declaração verbal do ordenador de despesas.

Questão 26

O processo sancionador deve observar o devido processo legal para a aplicação de penalidades ao licitante ou contratado. Analise as afirmativas a seguir:

I.A prescrição da pretensão punitiva ocorre no prazo de cinco anos, contados da data da ciência da infração pela Administração Pública competente.

II.A desconsideração da personalidade jurídica da empresa sancionada é permitida quando houver uso fraudulento do ente para burlar os efeitos da penalidade aplicada.

III.O pedido de reabilitação do licitante sancionado com inidoneidade pode ser formulado após um ano da aplicação da pena, independentemente do ressarcimento dos danos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 27

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, consolidou normas gerais de licitação e contratação, definindo novos paradigmas para a gestão pública. Analise as afirmativas a seguir:

I.A seleção da proposta que gere o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública deve considerar o ciclo de vida do objeto, transcendendo a análise do menor preço imediato.

II.O campo de aplicação da lei abrange as empresas públicas e sociedades de economia mista em todas as suas atividades, revogando o estatuto jurídico próprio estabelecido pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

III.A inovação e o desenvolvimento nacional sustentável constituem objetivos do processo licitatório, admitindo a adoção de critérios de desempate vinculados a políticas de equidade no ambiente de trabalho.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 28

O regime instituído pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regula as contratações públicas fundamentando-se primordialmente no direito público. No que concerne à aplicação subsidiária de outras normas e à validade dos princípios jurídicos nas relações contratuais, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas gerais de licitação previstas na legislação federal são de observância opcional pelos Estados e Municípios, que podem instituir regimes jurídicos próprios para contratações sem respeitar os fundamentos da lei nacional.
- (B) A aplicação subsidiária do Código Civil autoriza que o contratado suspenda a execução do serviço por atraso de pagamento superior a quinze dias, independentemente de decisão judicial ou de prejuízo comprovado ao serviço público.
- (C) O direito privado aplica-se de forma direta aos contratos de locação em que a Administração Pública figure como locatária, afastando-se a incidência de normas de direito público relativas à formalização e fiscalização do ajuste.
- (D) A aplicação dos princípios gerais do direito e das disposições de direito privado ocorre de forma subsidiária aos contratos administrativos, desde que não haja incompatibilidade com os preceitos de direito público e interesse coletivo.

Questão 29

A execução fiel do contrato administrativo deve ser monitorada para garantir a entrega do objeto conforme as especificações técnicas. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratual.

(__) A subcontratação parcial do objeto é permitida quando prevista no edital e autorizada pela Administração, não eximindo o contratado principal da responsabilidade técnica.

(__) A Administração Pública deve suspender os pagamentos ao contratado em situações de atraso na obra motivadas exclusivamente por falhas burocráticas do ente estatal.

(__) O recebimento provisório do objeto pelo fiscal importa na plena aceitação técnica do serviço, desonerando o contratado de quaisquer vícios identificados posteriormente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, F.

Questão 30

A contratação direta constitui exceção ao dever de licitar, devendo ser instruída com rigorosa motivação. Analise as afirmativas a seguir:

I. O processo de contratação direta deve ser instruído com a justificativa de preço e a fundamentação da escolha do fornecedor ou prestador de serviço.

II. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) estabelece requisitos formais rígidos para a contratação direta (dispensa ou inexigibilidade), visando garantir a transparência e a legalidade, sob pena de nulidade do ato e responsabilização dos envolvidos.

III. O extrato do contrato decorrente de contratação direta deve ser publicado no Diário Oficial da União (DOU), sendo dispensada a inserção no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 31

O planejamento constitui etapa indispensável para assegurar a eficiência e a economicidade nas contratações públicas. No que refere às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a fase preparatória, assinale a alternativa correta.

- (A) A estimativa de preços na fase de planejamento deve basear-se em orçamento de fornecedor único, sendo vedada a consulta a painéis de preços governamentais ou bases de dados de outros entes.
- (B) A etapa de planejamento é facultativa para as contratações diretas por dispensa de valor, podendo a Administração Pública emitir nota de empenho sem a prévia descrição detalhada da necessidade.
- (C) O planejamento de obras de grande vulto dispensa a análise de impacto ambiental e de vizinhança na fase interna, transferindo essas obrigações para a empresa contratada após a celebração do ajuste.
- (D) O planejamento das contratações deve considerar a expectativa de consumo anual e buscar a padronização de produtos ou serviços, sempre que possível, para facilitar a gestão logística e a manutenção.

Questão 32

A dispensa de licitação ocorre em situações taxativas previstas em lei onde o legislador autoriza a contratação direta. No que concerne às hipóteses de dispensa na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, até 30 de dezembro de 2025, assinale a alternativa correta.

- (A) A licitação é dispensável para contratações que envolvam valores inferiores a R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos) para obras, serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores.
- (B) A dispensa de licitação em razão de emergência permite a contratação de qualquer objeto pelo prazo de até dois anos, desde que o evento tenha gerado estado de calamidade pública.
- (C) A contratação direta por dispensa para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis desobriga a Administração de verificar a regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor escolhido.
- (D) O fracionamento de despesa é considerado uma prática legítima na dispensa de licitação por valor, permitindo que o órgão realize compras fracionadas do mesmo objeto para não atingir o teto.

Questão 33

O Termo de Referência (TR) e o Projeto Básico (PB) são peças técnicas fundamentais que definem o objeto da licitação. No que concerne às definições e distinções entre esses instrumentos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) O Termo de Referência é utilizado para a contratação de bens e serviços comuns, contendo parâmetros de fiscalização, enquanto o Projeto Básico é exigido para obras e serviços de engenharia.
- (B) A elaboração do Projeto Básico é necessária apenas para licitações na modalidade concorrência, ficando o pregão dispensado de qualquer descrição técnica detalhada sobre as características do objeto.
- (C) O Termo de Referência dispensa a indicação de prazos de entrega e critérios de aceitação do objeto, uma vez que tais informações são de natureza estritamente contratual e estranhas à preparação.
- (D) O Projeto Básico deve ser elaborado exclusivamente após a conclusão definitiva do certame licitatório, servindo apenas como guia para o preenchimento das planilhas de medição por parte da empresa.

Questão 34

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento que visa consolidar as demandas e garantir o alinhamento orçamentário. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A elaboração do Plano de Contratações Anual tem como objetivo racionalizar as contratações das unidades administrativas e garantir o alinhamento com a lei orçamentária anual (LOA).

(__) A publicação do Plano de Contratações Anual no sítio eletrônico oficial é obrigatória para conferir transparência e permitir que o mercado fornecedor conheça as futuras demandas do órgão.

(__) O Plano de Contratações Anual impede que a Administração Pública realize contratações emergenciais não previstas originalmente no documento, ainda que justificadas por fatos supervenientes graves.

(__) A alteração do Plano de Contratações Anual ao longo do exercício é vedada, devendo o órgão administrativo aguardar o próximo ciclo orçamentário para incluir novas demandas de serviços essenciais.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 35

O julgamento das propostas constitui etapa crucial para a seleção da oferta mais vantajosa economicamente para o erário. No que concerne ao julgamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A desclassificação de uma proposta por preço inexequível deve ocorrer de forma imediata e definitiva, sendo vedado ao licitante demonstrar a viabilidade de seus custos operacionais.
- (B) O julgamento de propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) dispensa a análise de preços, devendo o pregoeiro classificar tais ofertas em primeiro lugar no certame.
- (C) A Administração Pública deve desclassificar propostas que apresentem preços considerados manifestamente inexequíveis ou que sejam superiores ao valor do orçamento estimado para o objeto.
- (D) O critério de desempate por sorteio constitui a regra prioritária no julgamento de propostas, devendo ser utilizado antes de qualquer análise sobre o desempenho contratual anterior da empresa.

Questão 36

As modalidades licitatórias estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, visam adequar o rito procedimental à complexidade do objeto. No que concerne à escolha das modalidades, assinale a alternativa correta.

- (A) A modalidade concurso é destinada à venda de bens móveis inservíveis ou produtos legalmente apreendidos pela Administração Pública, adotando-se o critério de seleção do maior lance.
- (B) A modalidade diálogo competitivo deve ser utilizada preferencialmente para a contratação de serviços de limpeza e vigilância, visando discutir com o mercado as melhores técnicas operacionais.
- (C) O leilão constitui a modalidade indicada para a contratação de obras de engenharia de grande vulto, permitindo que a Administração Pública selecione a proposta com base na melhor técnica.
- (D) O pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, adotando-se como critérios de julgamento o menor preço ou o maior desconto oferecido pelo licitante.

Questão 37

O pregão é a modalidade preferencial para contratações de objetos com especificações usuais no mercado. Analise as afirmativas a seguir:

I. Adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia conforme previsto na Lei nº 14.133/21.

II. A lei permite que o pregão seja utilizado para serviços de natureza intelectual, desde que comuns. Contudo, os critérios de "melhor técnica" ou "técnica e preço" ainda são predominantemente restritos à Concorrência ou Diálogo Competitivo quando a qualidade técnica for preponderante sobre o preço.

III. No pregão, o agente responsável pela condução do certame é denominado pregoeiro, sendo formalmente designado pela autoridade competente para atuar na condução do procedimento licitatório.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.

Questão 38

A evolução do arcabouço normativo das compras públicas brasileiras reflete a transição de modelos burocráticos para sistemas focados na eficiência e transparência. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabeleceu diretrizes de planejamento e descentralização administrativa que nortearam a sistemática de compras governamentais antes da Consolidação da Constituição Federal de 1988.

(__) A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu a modalidade pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, introduzindo a inversão de fases como mecanismo de celeridade e economicidade processual.

(__) O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, teve seu escopo de aplicação expandido ao longo dos anos para obras de infraestrutura e saúde.

(__) A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao promover a consolidação normativa, manteve a modalidade convite e a sistemática de tomada de preços conforme estruturadas anteriormente no regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 39

As sanções administrativas constituem instrumentos de punição para condutas que prejudicam o processo licitatório ou a execução contratual. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A sanção de advertência é aplicável em situações de descumprimento de obrigações consideradas de natureza leve, visando a correção da conduta do contratado.

(__)A multa constitui a penalidade administrativa que pode ser aplicada de forma conjunta com outras sanções, como o impedimento de licitar e contratar.

(__)A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar produz efeitos para todos os entes federativos, sendo necessário processo com rito de defesa técnica formalizada.

(__)O impedimento de licitar aplica-se apenas às contratações com o ente federativo que impôs a sanção, pelo prazo de até dois anos, em casos de atraso injustificado verificado na execução.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 40

O sistema recursal administrativo permite o controle de legalidade e mérito das decisões proferidas no curso da licitação. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)O recurso administrativo contra a decisão de julgamento de propostas deve ser interposto no prazo de três dias úteis, contados da lavratura da respectiva ata do certame.

(__)A interposição de recurso administrativo acarreta a suspensão do prosseguimento da licitação até que a autoridade competente profira decisão final sobre o questionamento.

(__)O pedido de reconsideração constitui o instrumento adequado para impugnar o edital de licitação quando forem identificadas cláusulas restritivas à competitividade do mercado.

(__)A Administração Pública possui a prerrogativa de anular a licitação por vício de legalidade ou revogá-la fundamentada em motivos de conveniência e oportunidade administrativa.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, F, F, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, V, F.

Questão 41

A matriz de riscos é um mecanismo contratual voltado à repartição de responsabilidades sobre eventos supervenientes. Analise as afirmativas a seguir:

I.A matriz de riscos deve identificar os riscos contratuais previsíveis e estimar o impacto financeiro de cada evento para fins de eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

II.A adoção da matriz de riscos é exigida em todas as contratações diretas por dispensa de licitação, independentemente da natureza do objeto ou do valor financeiro do ajuste.

III.O contrato que prevê matriz de riscos deve definir a responsabilidade por riscos decorrentes de fatos da administração, caso em que o ônus será suportado pelo ente público.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 42

A pesquisa de preços constitui procedimento voltado à estimativa do valor de mercado da futura contratação. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) Na pesquisa de preços para aquisição de bens, a Administração Pública deve priorizar o uso de dados do Painel de Preços e de contratações similares realizadas por outros entes públicos.

(__) A utilização de orçamentos obtidos diretamente com fornecedores é vedada pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devido ao risco de sobrepreço nas propostas apresentadas no certame.

(__) Para a contratação de obras de engenharia, o valor estimado deve ser obtido a partir de composições de custos unitários previstas em tabelas de referência, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI).

(__) O preço estimado da contratação deve ser obrigatoriamente mantido sob sigilo até o encerramento da fase de lances, visando evitar que os licitantes ofereçam valores próximos ao limite.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, F, V, F.

Questão 43

O regime jurídico dos contratos administrativos, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, confere à Administração Pública prerrogativas que asseguram a prevalência do interesse público, mitigando a paridade de condições típica dos contratos privados. No que tange à natureza desses ajustes e à aplicação das chamadas cláusulas exorbitantes, assinale a alternativa correta.

- (A) O regime de direito público estabelece que a imutabilidade das cláusulas regulamentares constitui um direito subjetivo do contratado, impedindo que modificações nos projetos ou nas especificações técnicas sejam realizadas sem que haja a concordância mútua de ambas as partes.
- (B) A natureza jurídica dos contratos administrativos permite que a Administração Pública utilize as prerrogativas de alteração unilateral do objeto ou de rescisão administrativa por interesse público, desde que mediante a devida motivação e preservação do equilíbrio econômico-financeiro.
- (C) O regime jurídico das licitações impõe que os instrumentos contratuais sejam interpretados segundo as normas do direito privado de maneira predominante, restando aos princípios de direito público uma função de aplicação supletiva e restrita às omissões do edital.
- (D) As prerrogativas contratuais da Administração Pública autorizam a ocupação provisória de bens móveis e imóveis do contratado em situações de atraso na execução, independentemente de haver risco à continuidade de serviços públicos de natureza essencial ou de decisão fundamentada.

Questão 44

A inexigibilidade de licitação fundamenta-se na impossibilidade lógica de estabelecer competição entre fornecedores. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__) A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, é hipótese de inexigibilidade quando o artista for consagrado pela crítica ou opinião pública.

(__) A aquisição de materiais fornecidos por produtor exclusivo exige a demonstração técnica de que o objeto possui características singulares que o tornam insubstituível para a necessidade do órgão.

(__) A contratação de serviços técnicos especializados com profissionais de notória especialização é admitida em casos de serviços comuns de manutenção de redes e infraestrutura elétrica.

(__) O credenciamento é o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, F, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, V, V.

Questão 45

A fiscalização e a gestão contratual são instrumentos que visam garantir a correta aplicação dos recursos públicos. No que concerne às responsabilidades desses agentes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A designação de fiscais e gestores de contratos é opcional para órgãos que possuam menos de dez contratos ativos, podendo as atribuições ser exercidas de forma verbal pela chefia.
- (B) O gestor do contrato é o agente público responsável por realizar o recebimento provisório do objeto, não possuindo atribuições de controle financeiro ou monitoramento de prazos.
- (C) A fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra desobriga o agente de verificar o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa.
- (D) O fiscal do contrato deve registrar em relatório as ocorrências relacionadas à execução e informar à gestão sobre a necessidade de aplicação de sanções ou alterações administrativas.

Questão 46

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento da fase preparatória que fundamenta a escolha da solução de contratação. Analise as afirmativas a seguir:

I. O Estudo Técnico Preliminar deve conter a descrição da necessidade da contratação e a estimativa das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo que fundamentem a demanda.

II. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar é exigida para todas as contratações, abrangendo inclusive os casos de dispensa de licitação em razão de baixo valor financeiro do objeto.

III. O documento deve demonstrar o alinhamento da contratação com o Plano de Contratações Anual e justificar a escolha do tipo de solução tecnológica ou gerencial que será adotada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 47

A governança das contratações públicas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fundamenta-se na implementação de controles e processos que mitiguem riscos. Analise as afirmativas a seguir:

I. A alta administração do órgão é responsável por implementar processos de integridade e gestão de riscos, além de promover o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico.

II. A segregação de funções é um princípio que veda a designação de um mesmo agente público para atuar em etapas do processo licitatório que sejam passíveis de gerar conflitos de interesse.

III. A gestão por competências deve ser desconsiderada na designação dos agentes de contratação, priorizando-se o critério da antiguidade no serviço público para a condução dos certames licitatórios.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II apenas.
- (D) III apenas.

Questão 48

As etapas de julgamento e habilitação visam selecionar o licitante apto a executar o objeto contratual. Analise as afirmativas a seguir:

I.A habilitação jurídica consiste na comprovação de que o interessado possui capacidade para assumir obrigações e exercer a atividade profissional objeto da licitação.

II.A qualificação técnica pode ser comprovada mediante a apresentação de atestados que demonstrem a execução de serviços similares em quantidades superiores aos previstos no edital.

III.O julgamento das propostas deve preceder a análise da documentação de habilitação, ressalvadas hipóteses específicas onde a inversão dessas fases seja devidamente motivada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 49

O contraditório e a ampla defesa são garantias processuais que asseguram a legitimidade das sanções e decisões administrativas. Analise as afirmativas a seguir:

I.A aplicação de sanções administrativas exige a prévia intimação do interessado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze dias úteis após a notificação.

II.O direito ao contraditório no processo licitatório manifesta-se pela faculdade de os licitantes apresentarem contrarrazões aos recursos interpostos pelos concorrentes diretos.

III.O princípio da ampla defesa autoriza que o licitante apresente novos documentos de habilitação após o encerramento da fase de recursos, visando sanar omissões pretéritas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 50

A modalidade concorrência foi reestruturada para conferir maior flexibilidade aos julgamentos de objetos especiais. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

(__)A concorrência é a modalidade de licitação indicada para a contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços de engenharia comuns e especiais.

(__)O critério de julgamento de técnica e preço é admitido na modalidade concorrência quando o objeto da licitação envolver alta complexidade técnica ou inovação tecnológica.

(__)O rito procedimental da concorrência estabelece a fase de habilitação obrigatoriamente antes do julgamento de propostas, sob pena de nulidade absoluta do certame.

(__)A modalidade concorrência dispensa a fase de lances em qualquer circunstância, devendo os licitantes apresentar apenas propostas fechadas para classificação direta.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, F.

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

A atuação dos conselhos profissionais ultrapassa a fiscalização do exercício profissional, envolvendo também decisões administrativas, gestão de recursos e prestação de contas à sociedade. Nesse contexto, a transparência, a responsabilidade administrativa e a existência de mecanismos de controle constituem elementos essenciais para o fortalecimento institucional e para a proteção do interesse público.

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre a importância da transparência, da responsabilidade administrativa e dos mecanismos de controle na atuação dos conselhos profissionais.

**USE O ESPAÇO ABAIXO COMO RASCUNHO E DEPOIS TRANSCREVA
PARA A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização
Instituto
ACCESS